



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15934 - Resumo Expandido - Trabalho - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 09 - Currículo

POLÍTICAS DE CURRÍCULO E SEUS TENCIONAMENTOS ENTRE O NEOTECNICISMO E A FORMAÇÃO CRÍTICA REFLEXIVA

Audrei Rodrigo da Conceição Pizolati - UNISINOS/PPGE - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

POLÍTICAS DE CURRÍCULO E SEUS TENCIONAMENTOS ENTRE O NEOTECNICISMO E A FORMAÇÃO CRÍTICA REFLEXIVA

Resumo: Esta pesquisa investiga a intersecção entre educação e neoliberalismo no contexto das reformas curriculares brasileiras, focando na Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio (BNCC-EM). O estudo examina como a BNCC-EM articula em seu âmbito a relação entre uma formação neotecnicista e crítica reflexiva dentro da lógica neoliberal, que influencia as políticas de currículo desde os anos 1990. A análise, embasada em autores como Dewey e Biesta, utiliza uma abordagem qualitativa e a teoria de governamentalidade em Michel Foucault para examinar marcos legais, como a LDBEN, PCNEM, PDE, DCN e o PNE 2014/2024, e demais pesquisas sobre o tema. Os resultados indicam que a BNCC-EM, ao promover a flexibilização curricular e a autonomia dos estudantes está alinhada à lógica neoliberal de autogerenciamento e responsabilidade individual. No entanto, essa predileção pode intensificar desigualdades estruturais e a precarização do trabalho. Embora a flexibilização e o protagonismo ofereçam uma formação mais personalizada, ela também impõe desafios significativos aos estudantes, como a gerência nas escolhas curriculares e a pressão por desempenho. A pesquisa conclui que uma implementação eficaz das reformas curriculares deve equilibrar autonomia e assistência socioeconômica, promovendo uma educação crítica que prepare os alunos para seus projetos de vida e não apenas para as demandas do mercado.

Palavras-chave: Formação neotecnicista. Racionalidade neoliberal. Reflexão crítica.

Introdução

Atualmente, a atuação do Ministério da Educação e do CNE na regulamentação da LDB no 9.394/96 tem provocado a mobilização dos educadores de todos os níveis de ensino para rediscutir a formação de profissionais da educação. A nosso ver, não bastam iniciativas de formulação de reformas curriculares, princípios norteadores de formação, novas competências profissionais, novos eixos curriculares, base comum

nacional etc. Faz-se necessária e urgente a definição explícita de uma estrutura organizacional para um sistema nacional de formação de profissionais da educação, incluindo a definição dos locais institucionais do processo formativo. (Libâneo; Pimenta, 1999, p. 241).

Como referido acima, a relação entre educação e neoliberalismo é uma área de crescente interesse entre os pesquisadores da área, particularmente no contexto da reforma educativa. Com base nisso, objetiva-se analisar como o enunciado da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) pensa o neotecnicismo e a reflexão crítica. Dewey (2002), define o economicismo como central para a formação dos estudantes, analisado sob a perspectiva do racionalismo liberal, que influencia a educação no século XX, formando assim um ensino prático e delineado ao mundo do trabalho. Esta abordagem enfatiza a expressão, a independência e a flexibilidade dos alunos, características que foram estimuladas desde os tempos do fordismo liberal e reforçadas durante o período toyotista neoliberal – modelo de produção adotado pela economia a partir dos anos 1980.

Nesse ínterim, a flexi/responsabilização (Pizolati, 2021) surge em resposta às atuais necessidades do mercado. Biesta (2018) acredita que sobreviver em um ambiente neoliberal requer adaptação constante às mudanças, e os indivíduos devem não apenas adequar-se às condições atuais, mas também inovar. Este ajustamento e inovismo são fundamentais na formatação de “novos sujeitos” que, segundo Brunel (2004), devem ser altamente flexíveis e focados, capazes de atuar em diferentes setores da economia, aumentando assim a produtividade e o desempenho.

Subjacente a esta conjectura, está a consolidação do racionalismo neoliberal nas décadas de 1980 e 1990, que teve impacto significativo na política de currículo. Han (2018), define que o sujeito neoliberal é aquele que se governa e se explora voluntariamente, acreditando que é livre quando trabalha de acordo com seu próprio conceito de empresário, empreendedor e ou colaborador. Esse ideal está refletido na BNCC-EM, que visa preparar os alunos para o mundo do trabalho, enfatizando o protagonismo e a responsabilidade individual como componente de sua formação (Vallejo, 2002).

Teoria e método

Esta pesquisa insere-se na rubrica dos “Estudos de Políticas Educacionais e Curriculares” e assenta nas ideias de Michel Foucault (2008), o qual fornece pontos de leitura para compreender como a conduta de si decorre de estratégias de governança. A análise inclui marcos legais como LDBEN (Brasil, 1996), PCNEM (Brasil, 2000), PDE (Brasil, 2007), DCN (Brasil, 2013) e PNE 2014/2024 (Brasil, 2015), culminando na BNCC-EM (Brasil, 2018).

O estudo utiliza uma abordagem qualitativa e alicerça-se na análise de documentos oficiais e na literatura acadêmica sobre política curricular. Ao investigar as reformas curriculares, buscou-se compreender como elas promovem a flexibilidade e a autonomia dos alunos, destacando o itinerário formativo que orbita entre o neotecnicismo e a reflexão crítica

dos conteúdos sob o viés neoliberal, comprometendo a centralidade do ensino e do aprendizado.

Ademais, são investigados os desafios da implementação de políticas curriculares contemporâneas que ressignifiquem a relação entre professores e alunos. Para tanto, é explorado no estudo a relação entre os conceitos de conduta e governo de Foucault e a visão de educação e neoliberalismo de Bauman e suas implicações para a relação entre ensino e aprendizagem. Denota-se que, para além da sua contribuição teórica, tanto para Foucault como para Bauman, a flexibilidade curricular promovida pelas reformas curriculares pode ser vista como uma forma de implementar práticas de governamentalidade neoliberal, especialmente na exploração da competitividade de si e com os outros.

A ênfase nos estudantes protagonistas pode ser interpretada como uma tentativa de alinhar o indivíduo aos valores neoliberais voltados para o desempenho e os resultados, refletindo mudanças nas dinâmicas tradicionais entre professores e estudantes, ensino e aprendizagem.

A BNCC-EM e a ótica neoliberal: conflitos entre a formação neotecnicista e a formação crítica reflexiva

O estudo demonstra que a flexibilidade curricular e a ênfase na autonomia dos estudantes promovidas pela BNCC-EM são consistentes com a lógica neoliberal de autogestão e responsabilidade individual. Dewey (2002) destacou que a mudança do ensino para a aprendizagem é uma característica da nova abordagem escolar, que valoriza a subjetividade dos alunos e a adaptação às necessidades do mercado. No entanto, como argumentou Courpasson (1997), esta abordagem pode levar à insegurança no emprego porque torna os indivíduos responsáveis pelo seu próprio sucesso ou fracasso, ignorando as desigualdades estruturais, especialmente as socioeconômicas.

Embora a flexibilidade dos itinerários formativos proporcione oportunidades para uma formação mais personalizada, também cria desafios importantes. Muitos estudantes enfrentam dificuldades para gerenciar a seleção de cursos e a pressão para ter um bom desempenho em diversas áreas. Esta pressão por resultados é exacerbada pela cultura de responsabilização descrita por Han (2018), na qual o fracasso é visto como uma falha pessoal e não como uma deficiência do sistema educativo.

A racionalidade neoliberal transforma a educação em uma mercadoria, onde a formação do indivíduo é determinada pela procura do mercado. Desde a década de 1990, as políticas educacionais e curriculares, por intermédio da responsabilidade, fomentem nos estudantes uma pseudo-autonomia em suas próprias escolhas formativas e gerência de vida.

Segundo Bauman (2008) e Foucault (2008), essa personalização transforma a identidade em uma tarefa contínua em que os indivíduos devem autoadministrarem-se como uma empresa. Desde a década de 1990, a influência crescente da racionalidade neoliberal

ressignificou gradualmente as formas de estar dentro e fora dos espaços escolares.

Foucault (2008) descreve conduta como a maneira pela qual os indivíduos são instruídos a dirigir a si mesmos e aos outros, o que ele considera um aspecto significativo da governamentalidade. Em sua pesquisa, o teórico investiga a forma como a autogovernança se preocupa tanto com a administração da população quanto com o comportamento dos indivíduos. Para Foucault, o conceito de governo inclui uma variedade de instituições e tradições sociais que afetam o comportamento e o estilo de vida dos indivíduos. Como resultado, a governamentalidade é um conjunto de métodos e estratégias usadas para dirigir e regular o comportamento humano.

No contexto educacional, o governo de si manifesta-se na forma de políticas curriculares que promovem determinados comportamentos e atitudes entre alunos e professores. A BNCC-EM e outras reformas curriculares, sob a ótica da governamentalidade, são fundamentais na formação de um “novo sujeito” – um indivíduo que é ao mesmo tempo independente e subjogado a regras e procedimentos pré-constituídos.

O neoliberalismo, na perspectiva foucaultiana, é entendido como uma estratégia de governo que enfatiza a autonomia do mercado e a responsabilidade individual, como pode ser visto nas políticas curriculares que promovem a adaptação de novas disciplinas às necessidades do mercado de trabalho.

(...) ou seja, agir no espaço social (sociedade) de acordo com as regras do jogo social (que podem variar segundo os diferentes campos) sem necessidade de, a cada momento, recorrer a razão para decidir o que fazer. Ao focalizar em sua sociologia as razões práticas, o autor não nega a ação racional, simplesmente enfatiza o peso das razões práticas na vida social. (Bourdieu, 1990, p. 28).

Nessa perspectiva, Bauman (2008) analisa a sociedade contemporânea como uma sociedade líquida, caracterizada pela incerteza e por mudanças rápidas. Ele argumenta que, no contexto neoliberal, a educação torna-se uma ferramenta para se adaptar a estas contingências em curso e preparar os indivíduos para competir no mercado global. A educação reside de modo contundente no desenvolvimento de habilidades performáticas segundo apregoa o neotecnismo em detrimento de uma formação crítica reflexiva.

A flexibilidade do currículo na Base (Brasil, 2018) levou ao estabelecimento de um currículo que atende às necessidades do mercado. Pinto (2017) destaca que esta abordagem cria um neossujeito que se adapta às necessidades da racionalidade neoliberal. Dessa forma, é perceptível observar como a “(...) atividade docente vem se modificando em decorrência de transformações nas concepções de escola e nas formas de construção do saber, resultando na necessidade de se repensar a intervenção pedagógico-didática na prática escolar” (Libâneo; Pimenta, 1999, p. 258).

Neste sentido, o neoliberalismo promove uma forma de governo que enfraquece o papel das instituições públicas e da proteção social, favorecendo a concorrência predatória. No

campo da educação, isto traduz-se em uma crescente responsabilidade individual e flexibilidade de aprendizagem, muitas vezes em prejuízo à coesão social e à igualdade de oportunidades.

Apontamentos Finais

Ao moldar políticas curriculares que priorizam a formação de indivíduos independentes e flexíveis, concebidas para atender às necessidades do mercado de trabalho, esses preceitos promovem o protagonismo dos estudantes; no entanto, leva-os também a assumir responsabilidades excessivas na gestão dos seus itinerários formativos. No autogoverno, os alunos precisam equilibrar escolhas e expectativas. O mercado promove um ambiente educacional em que o indivíduo se torna o centro da aprendizagem. Portanto, é necessário reavaliar a implementação destas políticas, garantindo que a emancipação seja promovida sem que haja a culpabilização de si.

A BNCC-EM incorpora o espectro neoliberal como foco no mundo do trabalho e na geração renda. Consoante à égide de livre-mercado, o Referencial Curricular Gaúcho, em conjunto com a BNCC-EM, visa capacitar os alunos par a aquisição "(...) de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho decorrentes da lógica de livre-mercado para fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida" (Rio Grande do Sul, 2018, p. 113).

A implementação de mudanças curriculares requer um equilíbrio entre autonomia, conteúdo e pensamento crítico. As políticas não devem centrar-se apenas na construção de competências técnicas, mas também promover uma educação que prepare os alunos para os seus projetos de vida, e não apenas de acordo com as necessidades técnicas determinadas pela comunidade empresarial (Pizolati, 2021), que visa um aprendizado sem o exercício pleno da reflexão crítica social.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BIESTA, Gert. **Good education in an age of measurement: ethics, politics, democracy**. London: Routledge, 2018.

BOURDIEU, Pierre. Fieldwork in philosophy". *In: Coisas Ditas*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1990. p.15-48.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)**. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio (PCNEM)**. Brasília: Ministério da Educação, 2000.

BRASIL. **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**. Brasília: Ministério da Educação, 2007.

- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (DCN)**. Brasília: Ministério da Educação, 2013.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024)**. Brasília: Ministério da Educação, 2015.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - Ensino Médio (BNCC-EM)**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.
- BRUNEL, Pierre. **L'autoformation: histoire et actualité d'un concept**. Paris: PUF, 2004.
- COURPASSON, David. **Leçons de sociologie du travail**. Paris: Armand Colin, 1997.
- DEWEY, John. **Democracia e educação: introdução à filosofia da educação**. São Paulo: Editora Nacional, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HAN, Byung-Chul. **The burnout society**. Stanford: Stanford University Press, 2018.
- LIBÂNEO, José Carlos, PIMENTA, Selma Garrido. Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 68, p. 239-277, Dez. 1999.
- PINTO, José Maria. **Educação e neoliberalismo: a formação do neossujeito**. Brasília: Editora UnB, 2017.
- Pizolati, Audrei Rodrigo da Conceição. The institution of neoliberal rationality in Brazilian educational policies based on the “keep learning” and “learn to learn” principles. principles. **Education Policy Analysis Archives**, Arizona, v. 29, n. 150, p. 1-29, Apr. 2021.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. Departamento pedagógico. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. **Referencial curricular gaúcho: humanas**. Porto Alegre: [Secretaria de Estado da Educação], 2018. v. 1.
- VALLEJO, Gustavo. **Políticas educativas e neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 2002.